

ARAÚJO, E., FONTES, M. & BENTO, S. (EDS.) (2013)
Para um debate sobre Mobilidade e Fuga de Cérebros
Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho
ISBN: 978-989-8600-11-0
pp. 125 -137

Migrações internacionais, fuga das mentes e corrida dos cérebros: custos materiais, benefícios simbólicos e dúvidas existenciais

MOHAMMED ELHAJJI

*Professor do Programa de Doutoramento em
Comunicação e Cultura da ECO-UFRJ*
mohahajji@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Neste texto defende-se a tese de que a questão da fuga de cérebros, ou da mobilidade de competências, não pode ser separada do fenómeno maior que são as migrações internacionais, sua genealogia, morfologia, desenvolvimento e desdobramentos sociais, políticos e simbólicos. As migrações, por sua vez, devem ser abordadas enquanto componente estruturante da contemporaneidade. A aceleração e o barateamento dos meios de transporte, o avanço do processo de globalização, a revolução tecnológica midiática e a tomada de consciência da possibilidade de mudança da trajetória pessoal e subjetiva são alguns dos fatores que contribuíram para essa transformação radical nos modos de estar-no-mundo. A compreensão da questão da mobilidade do capital humano necessita de ser, assim, conjugada com esse quadro psicológico, tecnológico e político.

Mas, antes de explicitar essas relações, destacamos que a análise aqui proposta adota uma perspectiva histórica para argumentar que, longe de serem um fenómeno exclusivo da contemporaneidade, as migrações constituem, na verdade, um impulso inerente ao humano, fundador de seu devir e imprescindível à evolução da espécie. A própria questão da mobilidade das competências (a deslocação de cientistas e de filósofos) é uma realidade que pode ser acompanhada e comprovada como tendo acontecido desde a antiguidade, tanto no Ocidente como no Oriente.

A análise que desenvolvemos salienta a natureza subjetiva do fenómeno migratório. Além de todas as injunções materiais e económicas que este implica, não se pode negar que as migrações devem ser explicadas também por motivos de ordem imaginária e simbólica. Tal em resultado, não apenas do barateamento e da aceleração dos meios de transporte, mas também da intensificação e da densificação dos meios de comunicação. Trata-se de fluxos midiáticos que se sobrepõem aos fluxos humanos, formando uma nova esfera existencial,

através da criação da qual se observa que o sujeito, antes mesmo de deixar fisicamente sua terra natal, já está desterritorializado e inserido em redes sociais reais, virtuais e simbólicas que desconhecem o substrato espacial e ignoram as condições de pertença territorial desse mesmo sujeito.

Assim, tratando-se da fuga de cérebros, importa constatar que os países tecnologicamente menos avançados são os que mais sofrem do efeito destrutador da atual configuração socio-midiática; na medida em que o acesso à instrução e à informação acarreta, quase sistematicamente, demandas e exigências sociais e subjetivas inéditas, muitas vezes incompatíveis com a realidade local. Portanto, são justamente os indivíduos e categorias sociais nos quais mais se investe em termos de formação, para suprir à necessidades nacionais em competências, que são mais propensos e suscetíveis à sedução dos deslocamentos subjetivos e, por conseguinte, às migrações físicas e espaciais – sendo este segundo movimento apenas o reflexo e atualização do primeiro.

No entanto, outra constatação teórica e empírica que integra a nossa análise é a de que, diante desses fatos quase ontológicos, não há remédio ou luta possíveis. Nem a autoridade política (na sua forma burocrática), nem o apelo ao sentimento patriótico (na sua versão mais demagógica), são capazes de travar a hemorragia de cérebros, competências profissionais e potencialidades inovadoras que se verifica em muitos países

Não há como reverter essa situação complexa recorrendo a ações simplórias oriundas de outra época, quando os pertencimentos e identificações ainda eram exclusivos e irreversíveis. O atual quadro identitário global é, em grande parte, marcado pelas múltiplas lealdades, pluripertencimentos e subjetividades transnacionais.

Assim, o desafio é buscar a melhor maneira de tornar benéfico o inevitável e imaginar arranjos sociopolíticos transnacionais capazes de fazer da mobilidade humana e da integração dos circuitos midiáticos uma vantagem e força, não um empecilho ou fraqueza; projetar estratégias de ordem tanto prática e material como subjetiva e simbólica para reformular os sentidos de pertencimento e identificação, lealdade e reconhecimento.

1. A CONSTANTE MIGRATÓRIA

Uma das limitações mais prejudiciais às ciências sociais é a sua propensão para um certo cronocentrismo ou determinismo do presente: a inclinação a apreender os fenômenos sociais em pauta como algo inerente, intrínseco e exclusivo à época contemporânea (Waldinger, 2006). Não há dúvidas, evidentemente, sobre o valor e a importância da contextualização do objeto estudado no seu momento histórico – *a fortiori* quando se considera a especificidade da modernidade ocidental em relação a todas as outras épocas e experiências civilizacionais. Porém, a (boa) contextualização histórica do fenômeno não deve deixar de tomar em conta tanto a particularidade do momento estudado, como a sua genealogia e continuidade no tempo e nas práticas sociais. Muitas vezes, a (suposta) novidade só adquire sentido pleno quando é inserida numa perspectiva histórica, capaz de esclarecer as suas raízes e as formas anteriores de manifestação e de desenvolvimento.

Inversamente, a redução da análise ao tempo presente acaba por truncar o objeto estudado, dificultando a sua avaliação de modo abrangente, bem como uma compreensão

satisfatória do mesmo. Abre-se o caminho, então, a interpretações parciais, errôneas ou falaciosas, cujas implicações diretas e indiretas, de ordem política e social, podem acarretar sérias consequências, tanto para os indivíduos e grupos, como para as instituições e órgãos de gestão da sociedade.

Talvez um dos melhores exemplos desse cronocentrismo limitante seja, justamente, o objeto central deste nosso presente estudo: a “fuga de cérebros”. Tanto os meios de comunicação como uma boa parte da produção intelectual e acadêmica dão a impressão de que as migrações e a mobilidade humana são fenômenos novos, inéditos e próprios à nossa época. O alarmismo sensacionalista e a busca de originalidade e novidade, em detrimento da pertinência e discernimento, acabam por ser diretamente responsáveis pelas narrativas fantasiosas que conhecemos.

A verdade é que a novidade está mais na perspectiva e nos parâmetros utilizados para a apreensão do fenômeno do que no fenômeno em si e/ou suas manifestações. Podemos argumentar que, em grande medida, não é a imigração que é nova ou inédita, mas sim o regime de visibilidade que a governa, as estatísticas que a quantificam e lhe dão volume, as fronteiras que lhe outorgam nome e status administrativo, os discursos conservadores que dela fazem uma ameaça à identidade da sociedade hóspede, etc. (Appadurai, 2009).

É claro que não há como negar a densidade, a intensidade e a continuidade dos fluxos humanos na época presente. Também não há como ignorar a presença ostentatória de todo tipo de alteridade entre as sociedades de hoje, a voz distante de familiares e de próximos em busca de melhores oportunidades e as idas e vindas dos indecisos. Mas, tampouco se deve ignorar que esses movimentos são constitutivos da ordem global atual, naturalmente marcada pela mobilidade e pela velocidade impressas pelos meios de comunicação, e não um evento extraordinário que possa ser contemplado isoladamente, sem nexos com o contexto global e seus desdobramentos políticos, econômicos, sociais e culturais.

Assim, vale a pena insistir no fato de que as migrações não devem ser pensadas como anomalia ou exceção, mas sim como condição fundadora de nossa espécie – a única a ter colonizado todos os cantos do planeta. Uma constante absoluta que sustentou o inicial processo de hominização, propiciou as bases materiais da capacidade humana de abstração e continua reformulando o sentido ontológico de / do ser humano e o significado social e histórico do sujeito.

Tanto a paleontologia e a biologia como a arqueologia e a historiografia deixam evidente o papel fundamental das migrações na configuração de que veio a ser a Humanidade, na formação e extinção de agrupamentos civilizacionais e na prosperidade e decadência de impérios, reinos e nações. Império romano, califado islâmico, império otomano, cruzadas ou rota da seda são apenas a parte visível e documentada das trocas sociais decorrentes dos deslocamentos de pequenos ou grandes grupos humanos.

A cidadania romana não era definida em termos exclusivamente biológicos ou hereditários. Estrangeiros e súditos das províncias conquistadas podiam adquiri-la e até alcançar altos cargos políticos, inclusive o de imperador. A corte dos sucessivos califados islâmicos era conhecida por agregar filósofos, teólogos e cientistas de inúmeras regiões do mundo conhecido naquela época. Sem esquecer os rastros migratórios decorrentes das grandes

descobertas, conquistas e/ou reconquistas que deram forma a regiões e experiências civilizacionais das mais importantes da história da Humanidade¹.

Trocas comerciais ou guerras também representavam inúmeras oportunidades de movimentação de grandes contingentes populacionais de um lado para o outro, muitas vezes embaralhando os mapas culturais, linguísticos e religiosos que, paradoxalmente, são hoje investidos de uma falsa aura de pureza e autenticidade. As linhas de separação ou frentes de guerra², antes de dividir as populações, sempre constituíram espaços de interação humana e de produção de uma subjetividade diferenciada que busca e atrai o Outro.

Não há números confiáveis para estimar todos os fluxos migratórios na história antiga – como também nem sempre os números são significativos em si e/ou por si. Em compensação, as histórias singulares e as experiências de mobilidade podem ser, sim, relevantes e pregnantes de significância e de valor humano. O percurso de Hassan Al Wazzan, também conhecido como *Leo Africanus* ou Giovanni di Medici (1494 - 1554), que viveu entre Granada, Roma, o Magrebe e a África subsaariana, autor do famoso “*De totius Africae description libri*” (Maalouf, 1987), por exemplo, continua a ser uma excelente ilustração da experiência de trânsfuga intercultural e transnacional, e uma reconstituição válida e significativa dos mapas cognitivos daquela época.

Este é apenas um exemplo de entre muitos sobre as migrações, mobilidade humana e circulação dos conhecimentos e de competências. O Centro, a metrópole, as regiões mais ricas e/ou mais criativas, dinâmicas ou abertas, sempre atraíram intelectuais, artistas, artesões e profissionais qualificados. Reiteramos, portanto, a nossa premissa segundo a qual as migrações e a circulação das competências devem ser encaradas como algo constitutivo da normalidade social e humana, e não como evento excepcional e/ou extraordinário.

2. ENTRE DESEJO E NECESSIDADE

Porém, conforme antecipado, não se pode ignorar ou negar as particularidades do fenômeno migratório e a mobilidade das competências no contexto específico da contemporaneidade. Com efeito, a paisagem migratória mundial vem sofrendo transformações radicais e inéditas, em virtude de fatores de ordem política, econômica, organizacional, social e psicológica.

De entre esses fatores, conforme analisamos em estudos anteriores, pode-se destacar a instituição das fronteiras em decorrência da constituição dos estados nacionais – tornando os deslocamentos humanos mais visíveis, quantificáveis e coercíveis, a industrialização e urbanização de grandes regiões do mundo e aumento da pobreza em outras, a recrudescência das guerras e lutas armadas, o declínio da natalidade nos países avançados, o surgimento das migrações planejadas (tanto na Europa, como nas Américas), a aceleração e barateamento dos meios de transporte, o avanço do processo de globalização, a revolução tecnológica midiática e a tomada de consciência da possibilidade de mudança da trajetória pessoal e a naturalização de novas formas de desejo, subjetivação e realização pessoal (ElHajji, 2012).

¹ Américas, península ibérica ou os Bálcãs são alguns exemplos, mas longe de serem os únicos.

² O sentido atual de ‘fronteira’, derivação de ‘front’, só será consolidado com o advento do Estado-nação.

De fato, no campo político, os séculos XIX e XX foram marcados pela emergência e consolidação dos estados nacionais, as duas grandes guerras, a revolução soviética, as inúmeras lutas armadas nos quatro cantos do planeta, as colonizações e, em seguida, os processos de descolonização e a imposição do ideal democrático (incluindo seus pilares operacionais de direitos humanos e liberdade de expressão) como fundamento político universal. Eventos que representaram mudanças sociais abruptas e contribuíram para que milhões de pessoas deixassem suas terras de origem e procurassem novos lares, mais ou menos voluntariamente.

O substrato económico dessas transformações encontra as suas raízes já na Revolução Industrial, quando as novas atividades económicas e as novas tecnologias da época conduziram a profundas reconfigurações sociais, reestruturando o mapa das cidades e provocando migrações em massa. À medida que a indústria se tornava o centro de gravitação da sociedade humana, ela também se impunha como principal fator de aglomeração e distribuição da população; o que teve importantes implicações, evidentemente, na aceleração dos fluxos migratórios e na reformulação das suas trajetórias geográficas.

A modernização das economias centrais e o enriquecimento de certas regiões do globo, conjugados com a urbanização maciça, o êxodo rural, o empobrecimento de outras regiões do mundo e a aparição de atividades económicas inéditas relacionadas com as novas necessidades e os novos hábitos de consumo culminaram na adoção, tanto na Europa como nas Américas, de políticas de imigração planeada. Isso teve impacto determinante no redesenho de toda a paisagem migratória mundial, doravante predominantemente organizada em colónias, bairros étnicos e comunidades linguísticas; trazendo, assim, à tona do debate público acirradas questões políticas acerca das ideias de “identidade nacional”, “reconhecimento cultural”, “lealdade política”, “multiculturalismo”, entre outros.

Para completar o quadro da questão migratória na atualidade, é preciso assinalar ainda as transformações sociais e organizacionais inerentes à contemporaneidade. O avanço do processo de globalização, a sofisticação e a crescente acessibilidade das novas tecnologias de comunicação, assim como o desenvolvimento e o barateamento dos meios de transporte resultaram naquilo que David Harvey (1992) conceitualizou como “encolhimento do planeta”, a produção de um espaço civilizacional unificado; de certo altamente diversificado, mas, ao mesmo tempo, amplamente integrado.

Essa interconexão tecnológica e midiática do planeta traduz-se, por outro lado, na unificação gradativa dos imaginários, subjetividades e códigos éticos e estéticos dos seus povos e nações. Tais processos acabam por reforçar ainda mais o desejo de migrar em todos aqueles que sonham em participar da festa de consumo e gozo ininterrupto, celebrada em cores e alta definição pela mídia global.

Percebe-se, portanto, que os movimentos migratórios não deixam de corresponder às estruturas impostas pelas principais plataformas discursivas, ideológicas e organizacionais de cada época e contexto civilizacional humano. Assim, ao contrário das migrações decorrentes da industrialização dos países centrais ou das descolonizações, cuja principal causa era a produção material ou a disputa pelas narrativas políticas nos centros de sua produção – a metrópole, as migrações atuais não podem ser dissociadas da ordem do simulacro midiático e consumista e, conseqüentemente, do desejo e do imaginário.

Resultado? As migrações pelo mundo já ultrapassaram, há muito tempo, a marca dos 200 milhões. Mais de que toda a população do Brasil e Portugal juntos, vivendo fora do país ou da região de origem. Mas se dependesse da vontade de um número ainda maior de pessoas, os migrantes pelo mundo seriam, hoje, quase 900 milhões. Além daqueles que já se encontram em situação de migração, outros 630 milhões desejam seguir o mesmo caminho. 48 milhões deles planeiam fazê-lo no próximo ano e, destes, 19 milhões já estariam a preparar a viagem, segundo uma pesquisa do instituto de pesquisas Gallup realizada em 150 países³.

O dado mais importante e mais interessante da pesquisa, a nosso ver, é o número daqueles que desejam migrar e não apenas daqueles que já migraram ou planeiam migrar. Motivo pelo qual acreditamos que não há como entender a problemática migratória e seu correlato de mobilidades das competências, sem problematizá-la introduzindo uma perspectiva subjetiva.

3. FUGA DAS MENTES

Indagado sobre o motivo de ter adicionado três novos itens (o direito de ir embora, de errar e de mudar de opinião) à Declaração dos Direitos Humanos pendurada no seu laboratório, Humberto Maturana respondeu:

“O direito a ir-se é semelhante ao direito de mudar de opinião, pois é o direito de mudar de espaços. Penso que esses três direitos acrescentados são importantes porque constituem uma ampliação da aceitação do outro” (Maturana, 1999).

Sem pretender chegar a qualquer verdade científica ou autoridade epistemológica, ideia do teórico da Complexidade tem o mérito de recolocar a questão migratória no registro do desejo, da subjetividade, da sensibilidade e, até, de uma certa ambiguidade constitutiva da natureza humana e do seu devir social e civilizacional. Pois, sem negar as injunções económicas e políticas, que estão muitas vezes atrás dos deslocamentos humanos, acreditamos que a redução de um fenómeno milenar e universal à sua dimensão instrumental imediata acaba por solapar as possibilidades para a sua apreensão abrangente e para o seu entendimento completo.

Direito de ir embora / desejo de voltar; vontade de ficar / necessidade de ir; nostalgia / insatisfação; realização / fracasso; presença / ausência. A migração é, em si, um movimento duplo e dúbio, no qual imigração sempre equivale a emigração, chegada a partida, expectativas a frustrações, sorrisos a lágrimas. Mas também significa a possibilidade de hibridizações, cruzamentos subjetivos, afetivos, simbólicos, culturais e científicos.

Idas e voltas ou idas sem volta que, a cada troca, enriquecem a condição da espécie, a transformam e lhe dão um novo significado. São laços de sentido que se tecem, se intensificam e se densificam, costurando a teia simbólica global que vem cobrindo o mundo e transformando a sua morfologia social e humana a todos seus níveis; desde o discursivo e imaginário até o físico e biológico. De fato, não seria temerário afirmar que o próprio processo de estruturação da semiosfera (Lotman, 1996) planetária é profundamente tributário dos fluxos

³ <http://oestrangeiro.org/2012/04/11/brasil-pais-de-imigracao/> acesso em 18, dezembro de 2012.

humanos e seus rastros existenciais; de tal modo que não há como dissociar a civilização humana da sua experiência migratória original e contínua. Ainda que na maioria das vezes as ciências sociais e naturais busquem causas materiais para explicar o impulso migratório de nossa espécie; tais como guerras, crises sociais, escassez de recursos, advento de novas tecnologias ou mudanças climáticas, as mesmas teorias não desconsideram o fator psicológico inerente à natureza humana de sempre querer e desejar descobrir novos horizontes. Assim, além de ser um imperativo evolucionário determinante para a sobrevivência e melhora da espécie, essa inclinação migratória constitui um arquétipo mítico-mitológico.

Na Bíblia e no Alcorão, nas escrituras hindus e persas ou nas mitologias africanas, indígenas ou gregas, as figuras messiânicas, proféticas e/ou heróicas quase sempre são definidas pelo seu percurso migratório; do mesmo modo que a maioria das narrativas iniciáticas no mundo é, geralmente, condicionada pela migração real, simbólica ou metafórica. Ulisses, Noé, Abraão, Moisés, Jesus, Maomé, Xangó, Buda, etc.. todos teriam saído de sua terra de origem (entre peregrinação e migração) para poder cumprir seu (pré) destino divino e/ou heroico.

Hoje, todavia, os mitos e os arquétipos tomaram formas eletrônicas, em rede e numa dimensão verdadeiramente global. O nosso imaginário, igualmente global, não se reduz mais ao seu substrato espacial local, nem finca as suas raízes na terra de nossos antepassados ou solo de nosso país e região de origem. Na verdade, o imaginário, local e socialmente construído, cedeu o lugar à 'imaginação' (Appadurai, 2004); por natureza volúvel, volátil e descomprometida com os pertencimentos impostos ao sujeito.

A subjetividade contemporânea é, de fato, em grande parte produto dos agenciamentos tecno-midiáticos responsáveis pela reconfiguração do real e a da instituição da mobilidade enquanto princípio estruturante de nosso modo de estar-no-mundo. Mobilidade dupla e dúbia que supera a dimensão física e espacial e a projeta na esfera imagética global, convertendo as subjetividades móveis e migrantes em migrações subjetivas – impelidas não por necessidades materiais objetivas, mas, antes, pelo desejo de realização pessoal simbólica e, justamente, subjetiva.

Ou seja, antes mesmo do sujeito empreender o seu projeto de migração física e espacial, ele já se encontra psicologicamente deslocado e desterritorializado, em busca de seu lar subjetivo. A migração se assemelha, pois, muitas vezes, a uma tentativa de o corpo físico alcançar a mente errante, já inserida nos fluxos mediáticos globais; apesar dos enormes riscos do percurso culminar em frustrações e decepções. Seria mais de que pertinente, portanto, afirmar que os cérebros não fogem; eles apenas correm atrás das mentes em fuga.

De fato, fica evidente que a dimensão subjetiva é de extrema importância no caso específico da mobilidade das competências e do capital humano: os mais qualificados, mais instruídos, mais criativos e mais abertos sobre o mundo são, também, os mais exigentes e mais propensos a migrar em busca de melhores condições de vida, de trabalho e de inovação. Nos países social e tecnologicamente menos avançados, a equação torna-se numa maldição: investir na qualificação da população jovem equivale a incentivá-la a deixar o país; seja por motivos profissionais ou pela identificação com modelos sociais e culturais mais abertos.

4. DAS (EX) COLÓNIAS À METRÓPOLE

A questão torna-se, portanto, mais complexa e mais dramática ainda quando é analisada na perspectiva (neo / pós) colonial, a qual faz subentender a lógica das relações entre Centro e Periferia, Norte e Sul ou (ex) colónias e metrópole. Fatores de ordem tanto social e política como subjetiva e simbólica devem ser cuidadosamente avaliados para melhor entender a problemática das migrações internacionais e consequente fuga de cérebros ou mobilidade das competências.

O colonialismo, com as suas modulações “neo” e “pós”, é um quadro conceitual que evolui desde o pólo bélico até ao pólo psicológico, passando pelo político e económico; desde a subjugação física e as lutas territoriais até à hegemonia discursiva e à resistência estética. Uma relação dialética em que fascínio e repulsa, amor e ódio, admiração e desprezo constituem as múltiplas faces inseparáveis e insuperáveis da mesma moeda; em que as duas partes são presas e coautoras da mesma dinâmica histórica que produz e reproduz o real global e a realidade contemporânea.

A máquina colonial não se reduz, pois, à sua face instrumental de ocupação militar, exploração económica, gestão territorial, controle humano e dominação discursiva. Ou, ainda, à imposição / assimilação de determinadas práticas sociais, culturais e estéticas. Aquém e além desses aspectos formais e “macro”, que vão desde o cultural e o sociológico até o económico e político, passando pelo discursivo e estético, o processo colonial é, por outro lado, marcado e movido por todo um conjunto de fatos e atitudes de natureza subjetiva e “micro” inerentes às situações de encontro com o Outro. São trocas tanto materiais como simbólicas, afetos e desafetos, mimesis e identificações, ideias e sensações, que pontuam o cotidiano do colonizador e do colonizado em seus afazeres diários, atividades comerciais, regimes alimentares, padrões tecnológicos, etc.; de tal modo que acabam configurando o sujeito colonial e o acoplando ao corpo físico e social do colonizador, resultando em vínculos complexos e indelévels.

Não é de estranhar, portanto, os maciços fluxos migratórios oriundos das (ex) colónias rumo à metrópole. Pois, são movimentos que ultrapassam o quadro de dependência económica e política entre as duas partes, e compõem uma teia material e simbólica, real e virtual, na qual os pontos de origem e de destino, a localização dos atores e a definição das funções possuem lógica e dinâmica próprias. O condicionamento material e simbólico é tão forte que a opção migratória, muitas vezes, nem é discutida ou debatida, apenas empreendida como algo natural, como se fosse um ritual de passagem (Sayad, 1998).

Trata-se de uma relação, doravante existencial, que não se reduz aos casos de colonização efetiva e formal, mas deve ser ampliada, conforme já antecipado, a todo o quadro de tensão civilizacional historicamente estabelecido entre Norte e Sul / Centro e Periferia. Assim, se as ocupações territoriais do colonialismo clássico praticamente desapareceram da face da Terra, as estratégias de sujeição do Sul pelo Norte ou Periferia pelo Centro passam, hoje, principalmente pela via económica e, mais ainda, simbólica.

Mas, se o económico, face revelada do neocolonialismo, não consegue ocultar por completo as marcas do atrito entre interesses distintos, o simbólico é mais furtivo e dissimulado. Já que a sua eficiência reside não na força da coerção, mas sim na persuasão e na

expressão de novos desejos ou novas formas de desejo e, sobretudo, na indução do sujeito pós-colonial a acreditar no seu livre arbítrio e na autonomia de suas escolhas.

E mesmo se o pós-colonial, enquanto discurso político que reflete uma realidade histórica, pressupõe a possibilidade teórica de produção e circulação de discursos críticos e contra-hegemônicos, tal ação só se efetiva, na verdade, dentro de um padrão ético e estético global, aceito pela máquina ideológica colonial e adequado aos seus interesses e visão de mundo. O fato é que existe, hoje, uma *semiose* hegemônica global (ElHajji, 2001) que formata e dita os comportamentos e atitudes sociais, políticos, intelectuais e estéticos esperados, desejados e recomendados, dentro dos quais o sujeito colonial é autorizado ou impellido a agir e se manifestar.

Porém, ao contrário dos sistemas autoritários, essa *semiose* não opera na base da coerção ou do constrangimento, mas sim em torno do princípio da sedução e da persuasão tautológica. Seu autoproclamado e autorreferente status de universalidade e globalidade lhe outorga uma aura de verdade incontestada que a converte em código simbólico de poder, sinônimo de sucesso e realização social. Assim, as antigas suspeitas de opressão, exploração ou alienação são retoricamente desqualificadas e substituídas por discursos estereotipados, no limite dos clichês publicitários, sobre direitos humanos e liberdade de escolha que, na verdade, reduzem os conceitos de cidadania e liberdade contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e Cidadania a um vulgar código do consumidor ou manual de práticas sexuais – como se a essência de nossa época se limitava ao fetichismo de consumo e hedonismo sexual (Zizek, 2003).

Como, então, restringir a análise da questão migratória às suas facetas econômicas, objetivas e quantificáveis, e ignorar as dimensões simbólicas, estéticas e psicológicas do fenômeno? Ainda mais se considerarmos os componentes sociais e simbólicos inerentes ao próprio econômico e suas manifestações materiais. Já que, conforme aprendemos com Polanyi (1983), o valor da riqueza material não é absoluto ou intrínseco ao seu aspecto econômico, mas sim dependente do seu contexto histórico e proporcional ao prestígio social que dele pode ser obtido.

Aliás, há de concordar que a empreitada migratória não está ao alcance de todos, mas apenas daqueles que dispõem de um importante capital social (a rede social que o sustenta na ida e na chegada), material (a travessia é consideravelmente dispendiosa) e humano ou psicológico (o desejo, a força de vontade de realizar o sonho e a perseverança até a sua concretização). Ou seja, pode parecer paradoxal, mas, por mais miserável que possa parecer o migrante aos olhos da sociedade de destino, ele ainda é um empreendedor e ganhador: alguém que desejou, empenhou-se e realizou seu sonho – não apenas material, mas antes, social, simbólico e subjetivo!

Aspecto social, simbólico e subjetivo do fenômeno migratório que se torna central no processo quando se trata da mobilidade de competências. Já que a própria natureza do conhecimento, da expertise e da criatividade é simbólica antes de ser material. Natureza que, por outro lado, facilita o processo migratório, na medida em que o conhecimento moderno (expertise), além de ser de fácil transporte por sua imaterialidade, ainda tem a vantagem de ser largamente adaptável a contextos sociais e culturais diferentes de seu país de origem.

Podemos até indagar se a configuração civilizacional global, acima descrita, não acaba constituindo, em si, uma injunção à corrida dos cérebros rumo aos países centrais. A capacidade de migrar e ser aceito numa instituição, organização ou empresa do Centro ou do Norte não é uma prova da competência simbólica e social do profissional? O sucesso do processo não acaba engrandecendo mais ainda o sujeito migrante na bolsa de valores simbólicos? Outro fator, também de ordem simbólica, é a adesão do sujeito instruído, profissional, especialista ou técnico dos países do Sul ou Periferia ao padrão cultural e social global / central. Ou seja, a mobilidade e a capacidade de se adaptar ao padrão social e cultural dos países mais avançados se tornaram um valor agregado na carreira do cientista, do pesquisador, do técnico ou do profissional qualificado moderno em geral.

Assim, fica evidente que a lógica migratória e de mobilidade de competências deve ser buscada no terreno do subjetivo e do simbólico e não (apenas) do económico. Pode-se até falar em exilados culturais ou simbólicos; aqueles que, por ter adotado e incorporado o modelo ético e estético global, através da educação, do conhecimento e do acesso à informação, acabam se sentindo em tal desarmonia com a sua sociedade de origem que não tem mais outra opção a não ser migrar rumo ao modelo social e cultural por eles idealizado: corpos e cérebros correndo atrás das mentes em fuga...

Aliás, a título de ilustração, observemos que a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad) divulgou, recentemente, um relatório segundo o qual, “pelo menos um em cada cinco universitários de 48 países menos desenvolvidos vai para o exterior em busca de oportunidades”. A Unctad alertou, a este propósito, sobre os efeitos negativos da “fuga de cérebros” dos países mais pobres em decorrência de “o fenômeno acentuar as desigualdades internacionais, considerando a disponibilidade dos trabalhadores qualificados e das perspectivas de crescimento”⁴.

CONCLUSÃO: CUSTOS, BENEFÍCIOS E DÚVIDAS

Para concluir, notamos que a perspectiva predominantemente subjetiva que seguimos neste texto não exclui uma abordagem quantitativa / qualitativa dos impactos da emigração sobre os países e sociedades de origem. As variáveis geralmente utilizadas abrangem os níveis individuais, familiares, comunitários e nacionais, e consideram aspectos tanto económicos e políticos como sociais, populacionais e culturais. Porém, os estudos consagrados não convergem para um quadro único e definitivo de conclusões gerais e categóricas, mas sugerem a necessidade de avaliar todo um conjunto de fatores e indicadores de várias ordens e de conjugá-los ao objeto específico de estudo e o contexto histórico no qual se insere (Portes, 2008).

A mesma análise, apoiada nas mesmas variáveis (níveis individuais, familiares, comunitários e nacionais X aspectos económicos, políticos, sociais, populacionais e culturais), não resulta nas mesmas deduções sobre países e regiões diferentes. Ou seja, não há como chegar a conclusões categóricas que caracterizam a emigração em geral como fenômeno positivo ou negativo, benéfico ou prejudicial, de modo igual e uniforme em todos os países

⁴ Globo - 27/11/2012: <http://oglobo.globo.com/educacao/um-em-cada-cinco-universitarios-de-paises-pobres-tentam-oportunidade-no-externo-diz-unctad-6840964>

do mundo. Como, também, não é possível identificar e generalizar os eventuais pontos positivos ou negativos, benéficos ou prejudiciais para todos os contextos examinados.

As indefinições e oscilações não poupam nenhum dos níveis ou aspectos: a emigração pode aliviar as taxas de desemprego, mas causar a falta de mão de obra em segmentos específicos; pode incentivar novos nichos de mercado e inibir outros; a economia pode se beneficiar das remessas, mas sofrer com a pressão inflacionária sobre os preços; etc.. O fenómeno interfere na mesma medida e com os mesmo efeitos incertos na organização política dos países de emigração, modificando seus mapas e estruturas de poder e embaralhando as suas estratégias de desenvolvimento, deixando indecisas suas prioridades e menos previsíveis as políticas de investimento em educação, saúde ou segurança.

Nos aspecto social e cultural, a emigração pode ter um efeito desordenador ou agregador, criativo ou destrutivo, dependendo do nível abordado e da morfologia da sociedade ou grupo analisados. Enfim, a emigração tem um efeito direto e inegável sobre a composição demográfica da população da sociedade de origem, regulando ou desestruturando os estoques populacionais, em certas faixas etárias e categorias ou em outras.

A conta parece, todavia, mais evidente quando se trata da questão específica da fuga de cérebros ou mobilidade de competências. Pois, em geral, estima-se, de um lado, os investimentos na formação profissional e outros cuidados dos quais o emigrante se beneficiou e, por outro lado, as perdas causada pela sua “deserção” em termos tanto econômicos como sociais, políticos e econômicos. Refere-se, com razão, ao custo e alto valor da formação qualificada para o desenvolvimento social e econômico em qualquer parte do mundo.

Certas áreas técnicas e tecnológicas de ponta (computação, engenharia e outras) – aquelas das quais os países em desenvolvimento mais precisam e nas quais os investimentos são mais dispendiosos, em particular, sofrem uma verdadeira predação por parte dos países mais ricos. A demanda mundial é tão forte que, muitas vezes, os quadros formados nas instituições do Terceiro Mundo são aliciados, quase na sua totalidade, por empresas do Norte; causando um duplo prejuízo ao país de origem: o custo da formação do profissional e o atraso social causado pela falta de competências – de importância ímpar para o desenvolvimento local.

Assim, o problema, que supera as prerrogativas dos Estados nacionais e transborda as fronteiras de sua administração, deve ter como fórum natural as instâncias econômicas e políticas internacionais. A discussão e a busca de soluções devem integrar um debate maior que abrange, além dos tópicos pontuais do custo da fuga de cérebros e as possibilidades de sua compensação, questões relativas à da cidadania global, direito dos povos e nações às mesmas oportunidades de desenvolvimento, desenvolvimento sustentável, solidariedade internacional e outros questionamentos que contestam os discursos econômicos ortodoxos, incapazes de pensar o mundo fora do quadro binário limitado à demanda e oferta.

Porém, na ausência deste hipotético debate e apesar do incontestável prejuízo econômico e material causado pela injusta e desigual mobilidade de competências, a verdade é que não existe uma fórmula prática capaz de conter de imediato e de modo eficiente a hemorragia de ‘massa cinzenta’ que assola os países periféricos. Pois, conforme já antecipado, nem a autoridade política na sua forma burocrática, nem o apelo ao sentimento patriótico

na sua versão demagógica, são capazes de remediar o problema. A situação é inédita e complexa demais para, ainda, ser pensada e administrada nos moldes do passado, quando os pertencimentos e identificações ainda eram exclusivos e o Estado ainda mantinha o monopólio de gestão do imaginário coletivo de suas populações.

Hoje, em função do 'encolhimento do planeta' e a emergência de novas formas de identificação, marcadas pelos sentimentos de múltiplas lealdades, pluripertencimentos e subjetividades transnacionais, os responsáveis políticos nacionais devem redobrar de criatividade e sensibilidade para (re) conquistar as mentes em fuga e limitar as perdas causadas pela 'sangria'. Há de entender, por exemplo, que o enfraquecimento do impacto dos discursos patrióticos sobre os imigrantes não significa a perda dos laços afetivos com a região e comunidade de origem, mas antes a sua adequação ao contexto global, estruturado em redes transnacionais (reais e virtuais), fundadas no sentimento de *philia* e de identificações voluntárias.

Um exemplo dessa nova realidade é a proliferação de ONGs, associações binacionais e iniciativas privadas compostas ou dirigidas por emigrantes de sucesso (profissionais qualificados, acadêmicos ou empresários), responsáveis por inúmeras ações sociais e econômicas que beneficiam diretamente as suas comunidades e regiões de origem. As atividades variam de natureza e envergadura, mas a dinâmica em si integra o processo maior de formação dessa malha social solidária e/ou afetiva, verdadeiramente transnacional, que liga ou religa regiões, comunidades e famílias em situação de diáspora.

Pois, há de reconhecer que, apesar de todos os prejuízos materiais causados pelo fenómeno, não se pode negar por completo suas consequências benéficas, não apenas de ordem material, mas também técnica, social e simbólica. Além da transferência de capitais e investimentos consistentes nas regiões ou comunidades de origem, também se deve considerar a transferência de tecnologias e expertise, e a disseminação de discursos e atitudes mentais que promovem a justiça social, a liberdade de expressão e os direitos humanos. Enfim, a presença de 'embaixadores' de regiões e comunidades, antes cortadas do resto do mundo, nos países centrais, pode ter efeitos positivos tanto em termos econômicos como simbólicos sobre essas regiões e comunidades; através, entre outras ações, da promoção de suas riquezas materiais e culturais e da divulgação de sua imagem para o resto do mundo.

Assim, os países atentos aos aspectos positivos das mudanças em curso, em vez de lutar contra a fuga de cérebros, se empenham em adotar e pôr em prática estratégias e políticas públicas suscetíveis de fortalecer os laços dos expatriados com a terra e cultura de origem. Dentre outras ações, destacamos a instituição do direito de voto consular, a representação parlamentar dos imigrantes, o apoio material e moral às associações por eles promovidas, a simplificação dos processos administrativos e bancários, o subsídio das viagens individuais e familiares ao país de origem, e, cada vez mais, o investimento massivo na mídia transnacional.

De fato, não há dúvida que para cultivar e reforçar o sentimento de *philia* transnacional, a opção migratória – seja ela de mão de obra, empresarial ou cognitiva, não deve ser abordada numa perspectiva exclusivamente utilitarista, mas sim apreciada enquanto riqueza simbólica e subjetiva. Só assim, será possível reformular os sentidos de pertencimento e identificação, fazer da mobilidade humana e da integração dos circuitos midiáticos um vantagem e não um obstáculo ao desenvolvimento, e tornar benéfico o inevitável.

REFERÊNCIAS

- Appadurai, Arjun (2004). *Dimensões culturais da Globalização*. Lisboa: Editorial Teorema.
- Appadurai, Arjun (2009). *O medo ao pequeno número*. São Paulo: Iluminuras.
- ElHajji, Mohammed (2001). *Da semiose hegemônica ocidental : Globalização e convergência*. Rio de Janeiro: Rhizoma.
- ElHajji, Mohammed (2012). Mapas subjetivos de um mundo em movimento: Migrações, mídia étnica e identidades transnacionais. *Revista Eptic (XIII)*, 2. Recuperado em 18, dezembro, 2012, de <http://www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/109>
- Harvey, David (1992). *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.
- Lotman, Iuri (1996). *La Semiosfera: semiótica de la cultura y del texto*. Valência: Frónesis Cátedra.
- Maalouf, Amin (1987). *Léon l'Africain*. Paris: Poche.
- Maturana, Humberto (1999). *A ontologia da realidade*. Belo Horizonte: UFMG.
- Polanyi, K (1983). *La grande transformation: aux origines politiques et économiques de notre temps*. Paris: Gallimard.
- Portes, Alejandro (2008). *Migration and Social Change: Some Conceptual Reflections. Conference on Theories of Migration and Social Change*, (Oxford University, July 1st-3rd, 2008). Recuperado em 18, dezembro, 2012, de <http://www.imi.ox.ac.uk/pdfs/alejandro-portes-migration-and-social-change-some-conceptual-reflections>
- Sayad, Abdelmalek (1998). *A Imigração*. São Paulo: EDUSP.
- Waldinger, R. (2006). "Transnationalisme" des immigrants et présence du passé. *Revue européenne des migrations internationales*, 22(2), 23-41.
- Zizek, Slavoj (2003). *Bem-vindo ao deserto do Real!*. São Paulo: Boitempo.